Acta Número Dois

Aos vinte e seis dias do mês de Dezembro de dois mil e treze, na sede da Junta de Freguesia de Bidoeira de Cima, sita na Rua do Comércio em Bidoeira de Cima, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Bidoeira de Cima. Estiveram presentes os Senhores Deputados Pedro Manuel Mateus Ribeiro de Campos, Luís Carreira Moreira, Maria de Fátima dos Santos Oliveira Ferreira, Abel de Oliveira Vieira, Mónica da Silva Agostinho, Jorge Ferreira Carreira, Fernando Filipe Oliveira Domingues, Carla Elisa Caetano Silva e Rui Manuel Passadouro da Fonseca.

Por parte da Junta de Freguesia, estiveram presentes o Sr. Presidente Jorge Manuel Vieira Crespo e o Sr. Secretário Jorge Adelino de Jesus Duro.

A sessão foi presidida pelo Sr. Dr. Pedro Manuel Mateus Ribeiro de Campos, Presidente da Assembleia de Freguesia e secretariada pelos Senhores Deputados Luís Carreira Moreira e Maria de Fátima dos Santos Oliveira Ferreira.

Havendo quórum, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão, eram vinte e uma horas e trinta minutos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1. – Apresentação e apreciação dos relatórios de Actividades e Financeiro da Junta de Freguesia, referente ao período de 16/09/2013 a 19/12/2013.

Ponto 2. – Mapa de Pessoal 2014. Apreciação, discussão e votação.

Ponto 3. – Apresentação, discussão e votação do Orçamento para 2014 e Planos Plurianuais de Acções e Investimento 2014/2017.

Ponto 4. – Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de Delegação de Competências previstas nas alíneas a), b), c), e) e f) do n.º1 do artigo 132º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro.

Ponto 5. – Apresentação, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para Conservação e Manutenção de Vias Municipais.

Ponto 6. – Outros assuntos de interesse para a freguesia.

O Senhor Presidente, antes de entrar na ordem de trabalhos, colocou à votação a acta de tomada de posse, realizada em catorze de Outubro, que mereceu o reparo do Sr. Deputado Filipe Domingues no sentido de nela ser referido que nas votações para a constituição da Junta e da Mesa da Assembleia de Freguesia, apenas foi apresentada uma lista composta por elementos eleitos pelo Partido Socialista. Não havendo qualquer oposição a esta alteração, o Sr. Presidente colocou a acta a votação com a alteração proposta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Ainda no período antes da ordem do dia, o Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento de correspondência recebida da Direcção da Casbi que apresenta

cumprimentos e felicitações pela eleição, bem como dá conhecimento da construção em curso de uma creche, que visa dar resposta a uma lacuna da nossa freguesia.

Pelo Sr. Deputado Abel Vieira foi dado a conhecer o trabalho encetado para criar uma caixa de correio electrónico para o presidente da Assembleia de Freguesia, bem como um endereço de e-mail de reencaminhamento para os e-mails pessoais dos senhores deputados, com a finalidade de facilitar a troca de informação entre os membros desta assembleia.

De seguida o Senhor Deputado Rui Passadouro tomou a palavra para propor um voto de pesar pelo falecimento recente do pai do Sr. Presidente da Junta, que foi votado por unanimidade. O Presidente da Junta agradeceu penhoradamente o apoio recebido no momento difícil da sua vida.

O Sr. Presidente, antes de entrar na ordem do dia, fez questão de deixar em acta que a alteração da data da Assembleia de Freguesia, de trinta para vinte e seis de Dezembro, aconteceu a pedido expresso dos Srs. Membros eleitos pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados Rui Passadouro e Jorge Carreira questionaram a escolha do dia trinta de Dezembro para realizar uma Assembleia de Freguesia. O Presidente da Junta argumentou que tal data, inicialmente escolhida, resultava da necessidade de ter presente os valores aprovados na Assembleia Municipal que terminou dia treze de Dezembro e dos prazos legais para apresentação da documentação de apoio à Assembleia de Freguesia. Contudo frisou que não houve qualquer problema na antecipação para dia vinte e seis, pois todos os deputados foram contactados e deram o seu aval à alteração da data. Por outro lado, frisou também o interesse do executivo da Junta de Freguesia em ter assembleias participadas e com discussão aberta e franca de todos os assuntos referentes à freguesia.

Após alguma discussão relativa a esta matéria o presidente da Junta comprometeu-se a propor, com a antecedência possível, a data prevista para a realização das assembleias, no sentido de serem marcadas em datas que permitam a presença de todos os senhores deputados.

Entrando na ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia pediu o Sr. Presidente da Junta que desse conta dos factos mais relevantes dos relatórios de actividades e financeiro colocados à discussão no **ponto um**.

O presidente da Junta realçou as acções referentes à pressão para que a nossa freguesia seja contemplada com as obras necessárias para a melhoria das condições de vida da população, nomeadamente as reuniões de trabalho com o Sr. Presidente e todos os Srs. Vereadores da Câmara Municipal e o apoio prestado à população na resolução dos seus problemas com licenciamentos camarários. Quanto ao relatório financeiro, expressa a situação actual da freguesia, valores em dívida e saldos bancários e informou os senhores deputados que nesta data a freguesia cumpre os pressupostos da Lei dos Compromissos, estando com a situação financeira controlada. Se seguida colocou-se à disposição para o esclarecimento de quaisquer dúvidas.

O Sr. Deputado Abel Vieira questionou acerca das alterações quanto à cobrança de IMI e o motivo da cativação de parte do pagamento à empresa Crespicentro, Lda.

O Presidente da Junta deu conta que, com a Lei 73/2013, fica a constituir receita própria das juntas de freguesia a totalidade do IMI rústico e um por cento do IMI urbano. Acontece que os prédios inscritos nas Finanças e registados na Conservatória do Registo Predial até ao ano de dois mil e quatro, estão registados na Freguesia de Milagres, pelo que as verbas a receber estão a ser encaminhadas para esta freguesia. O presidente deu conta a toda a assembleia que está em curso o processo de transferência dessas propriedades para a freguesia de Bidoeira de Cima o que implica a verificação de todas as propriedades registadas na Freguesia de Milagres e o respectivo pedido de transferência.

Quanto à segunda questão, informou que o não pagamento da totalidade de uma factura à empresa Crespicentro, Lda se deve a ter-se verificado uma desconformidade em parte de um trabalho realizado, em concreto uma valeta mal construída e acumula água, que o executivo deliberou só proceder ao restante pagamento após rectificação do trabalho realizado.

A Deputada Carla Caetano questionou o executivo relativamente aos valores em dívida, nomeadamente o valor referente à empresa Matos & Neves, Lda e ao facto do relatório não discriminar valores por fornecedor.

O presidente informou que o pagamento da factura da Matos & Neves, datada de Outubro de dois mil e nove, que estava programado para ser efectuado até final de Agosto passado e sem juros, teve de ser paga após recurso a processo judicial, por ter sido considerado ilegal fazer o pagamento doutra forma.

Por esse facto, a empresa não abdicou dos juros e daí essa factura de cerca de dois mil e oitocentos euros relativos a esses juros. Esse valor foi suportado pela Câmara Municipal que o incluiu na transferência que fez para pagamento dessa dívida antiga. Contudo, pelo facto do processo ter corrido de forma célere, a Matos & Neves, a solicitação da junta de freguesia, procedeu ao asfaltamento da rua a poente do campo de futebol do Grupo Desportivo sem cobrar qualquer valor.

Quanto ao facto dos valores correntes em dívida estarem englobados, o presidente realçou que são referentes à gestão corrente da junta e por serem de valor pouco significativo não foi considerado necessário a sua discriminação.

O Sr. Deputado Luís Moreira realçou o facto de, na documentação de apoio à assembleia, estar incluído um relatório financeiro pormenorizado, afirmando não se lembrar de tal ter acontecido no mandato passado.

Aqui, tanto o Sr. Presidente da Assembleia como o Presidente da Junta de Freguesia lembraram que nas últimas assembleias do mandato passado já constava um relatório financeiro, enquanto o Sr. Deputado Rui Passadouro fez questão de referir que a apresentação deste documento faz parte da lei.

O Sr. Deputado Rui Passadouro questionou a junta de freguesia acerca de algumas acções constantes no relatório, nomeadamente a presença nas assembleias gerais das colectividades, a inexistência de referência ao resultado das diversas reuniões com entidades e o facto de, mais de vinte e cinco anos após a criação da freguesia, ainda não

estar regularizada a situação da inscrição dos prédios nas finanças e registo predial tendo questionado o valor perdido pela freguesia por este facto.

O Presidente da Junta referiu que a presença nas assembleias gerais tem em vista proporcionar a possibilidade de clarificar o relacionamento da junta com as diversas colectividades e instituições da freguesia. Quanto ao reparo da inexistência de referências, no relatório, ao resultado das diversas reuniões com entidades prontificou-se a responder a qualquer interpelação e prometeu que no próximo relatório procurará rectificar essa situação. Questionado acerca das reuniões na Câmara Municipal para mediar processos camarários, referiu estar sempre disponível para ser parceiro privilegiado da população bidoeirense na resolução de problemas com licenciamentos camarários tendo em vista ajudar à resolução dos mesmos.

Quanto ao IMI, referiu que não é um processo muito fácil mas que está a trabalhar no sentido de alterar a situação, pois com a alteração da lei, de um valor irrisório que é transferido até agora, poderemos estar em presença de valores bastante significativos.

Questionado quanto a valores reais aproximados, não quis comprometer-se pois é uma situação completamente nova.

O Sr. Deputado Jorge Carreira questionou acerca da ampliação do ramal eléctrico da Rua do Outeiro Alto, junto às instalações da Casbi.

O Presidente da Junta informou que face à inexistência de iluminação pública no segmento desta rua que vai até ao portão que servirá ao acesso de serviço à nova creche, foi solicitada a ampliação deste ramal e respectivo aumento de potência para dar resposta às exigências energéticas da nova obra. Informou ainda que a Câmara Municipal assumiu o custo desta ampliação de ramal e potência e que o valor orçamentado já está a pagamento e, dentro em breve, a obra será executada.

Terminada a discussão deste primeiro ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia passou de imediato ao **ponto dois** da ordem de trabalhos: Mapa de Pessoal 2014, apreciação, discussão e votação, pedindo ao presidente da junta para fazer a apresentação do ponto.

O Presidente da Junta de Freguesia referiu que o mapa apresentado é rigorosamente igual ao mapa em vigor para o ano em curso, visto que nem a junta tem disponibilidade financeira para qualquer contratação, nem a lei em vigor o permite.

Não havendo questões o Sr. Presidente propôs a votação do ponto que foi aprovado por unanimidade.

De seguida, passou-se à discussão do **ponto três** da ordem de trabalhos: Apresentação, discussão e votação do Orçamento para 2014 e Planos Plurianuais de Acções e Investimento 2014/2017.

Por solicitação do Sr. Presidente da Assembleia o presidente da junta passou a apresentar os documentos previsionais para o ano de dois mil e catorze, bem como os planos plurianuais de Acções e Investimento para o próximo quadriénio.

Assim, além da explicação sucinta dos valores inscritos, afirmou que apesar de expressarem uma redução relativamente ao orçamento em curso deverão permitir cumprir com os trabalhos e responsabilidades assumidas com a população bidoieirense e a lei em vigor. O presidente da junta, para além de realçar a preocupação tida em explicitar de forma pormenorizada as diversas rúbricas nos documentos previsionais do orçamento e dos planos plurianuais, fez questão de referir o documento anexo à documentação de apoio a este ponto, onde são referidos os investimentos previstos para a nossa freguesia e que não dependem financeiramente do orçamento da junta de freguesia, como por exemplo a construção da rede de saneamento básico, a requalificação da EM 1038 ou a ampliação do nosso Centro Educativo.

O Sr. Deputado Rui Passadouro questionou o que considerou o peso excessivo dos valores inscritos para salários e obrigações conexas em relação ao valor total do orçamento. Questionou também se, com a construção do Centro Educativo, estará em causa a existência de algum dos actuais espaços, nomeadamente o Jardim de Infância de Bidoeira de Baixo.

O Presidente da Junta referiu que, face à realidade da junta ter três funcionários no quadro, não haverá volta a dar senão inscrever valores suficientes para fazer face a todos os encargos inerentes: salários, segurança social e seguros. Quanto ao Centro Educativo, referiu que a intenção da Junta de Freguesia passa por manter todos os actuais espaços escolares, sendo que o objectivo será a construção, em terreno recentemente adquirido junto à Escola do 1º CEB, de um novo bloco com um refeitório, um espaço multi-usos para educação física e tempos livres e eventualmente uma nova biblioteca. Referiu também, considerar que o projecto deverá ser elaborado em concordância com as opiniões dos professores, do Agrupamento de Escolas de Colmeias, com a Divisão de Educação da Câmara Municipal e naturalmente da Junta de Freguesia e da Associação de Pais.

O Sr. Deputado Rui Passadouro questionou de seguida a inexistência de qualquer referência ao apoio a empresas e à instalação de novas empresas, considerando que sem empresas não há emprego e sem emprego não se fixam as populações e não há futuro para a freguesia.

O Presidente da Junta respondeu considerando estar absolutamente de acordo e que, apesar de não constar na documentação enviada, tem mantido contactos com a Câmara Municipal, nomeadamente com o Vereador do pelouro Dr. Vítor Marques e com a equipa responsável pela revisão do PDM, no sentido de ser consignado um novo espaço para área industrial que permita a instalação das actuais e de novas empresas no espaço geográfico da nossa freguesia. Nesse âmbito, referiu estar referenciada a zona onde estão as instalações do gás em Casais da Bidoeira como uma possível nova zona empresarial na freguesia, com bons acessos, área plana e a possibilidade de conseguir a área necessária negociando com poucos proprietários.

O Sr. Deputado Jorge Carreira questionou o executivo acerca das verbas, que considerou irrisórias, para apoio às colectividades, pediu também esclarecimentos acerca da verba inscrita para apoio às obras no Pavilhão Polidesportivo do Carriço.

O Presidente da Junta começou por referir que a verba inscrita para apoio ao Pavilhão Polidesportivo do Carriço já transita dos anos anteriores e pretende acautelar a hipótese

de apoiar uma candidatura a fundos comunitários para conclusão deste pavilhão, numa acção que considerou justificada pela importância deste pavilhão para a freguesia, enquanto único espaço coberto para a prática desportiva.

Quanto ao apoio às colectividades, considerou que a verba inscrita é aquela que o executivo tem capacidade para disponibilizar, numa época de grandes dificuldades financeiras, de enorme contenção e racionalização de custos. Referiu também que, de um modo geral e em todo o país, as colectividades são chamadas a tentar a via da sustentabilidade pois, claramente, o tempo da subsidio-dependência já passou.

O Sr. Deputado Jorge Carreira tomou a palavra e numa dissertação longa fez vários reparos às propostas do executivo, nomeadamente considerando que não terá havido a necessária pressão junto da Câmara Municipal para que as verbas atribuídas à freguesia fossem mais elevadas, questionando a diferença de valores entre as diversas freguesias. Falou também, em forma de crítica, no valor consignado no orçamento para colocação de redes no polidesportivo, na inexistência de qualquer valor para deslocar o atendimento para o rés-do-chão da junta

O Presidente da Junta começou por referir que as redes do polidesportivo serão colocadas dentro em breve, pois só agora estão garantidas as condições de segurança para tal, após a fixação de forma definitiva e segura dos postes de suporte às mesmas. Neste contexto, informou a Assembleia que os referidos postes foram oferecidos, pelo que a Junta de Freguesia não poderia exigir rapidez na correcção desta anomalia.

Quanto às verbas atribuídas à Junta de Freguesia, referiu que estas são atribuídas de acordo com critérios claros que têm a ver com a dimensão e tipologia territorial, a população, a rede viária e, por isso, são necessariamente diferentes de freguesia para freguesia. Referiu também, dirigindo-se ao Sr. Deputado Jorge Carreira, que é importante analisar os investimentos realizados directamente pela Câmara Municipal, nomeadamente as obras de asfaltamentos e o saneamento básico, pelo que não aceita, de forma nenhuma, o reparo de falta de pressão na defesa dos interesses da freguesia.

O Sr. Deputado Filipe Domingues questionou o executivo acerca de uma verba inscrita para um contrato de assistência à empresa Fresoft.

O Presidente da Junta informou que esse contrato, a iniciar em Janeiro, se refere ao contrato de assistência de um novo software autárquico, no valor de cem euros/mês a que acresce o IVA legal e inclui o contrato de assistência e todas as actualizações legais. Este novo software, que permitirá responder às novas exigências legais, foi adquirido por troca directa com o antigo da empresa Sistévora em vigor até ao final deste ano, por motivo da aquisição da Sistévora por parte da Fresoft.

Não havendo mais questões, o Sr. Presidente da Assembleia colocou o ponto três a votação, tendo-se verificado a sua aprovação com cinco votos a favor, dos deputados eleitos pelo Partido Socialista e quatro votos contra, dos deputados eleitos pelo Partido Social Democrata.

De seguida pediu ao Presidente da Junta que apresentasse o **ponto quatro** da ordem de trabalhos: Apresentação, discussão e votação do Acordo de Execução de Delegação de Competências previstas nas alíneas a), b), c), e) e f) do n.º1 do artigo 132º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro.

O Presidente da Junta referiu que este ponto se refere ao novo Acordo de Execução de Delegação de Competências, novo nome para o anterior Protocolo de Delegação de Competências, que transfere para as juntas a responsabilidade da manutenção e limpeza de espaços verdes e arruamentos e junta agora no mesmo documento a manutenção e limpeza dos edifícios e espaços escolares. Referiu também que os valores inscritos são semelhantes ao protocolo em vigor, apenas com um ligeiro aumento para a manutenção de edifícios e espaços escolares e no valor atribuído para pagamento de pessoal.

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, perante a inexistência de questões ao executivo, colocou o ponto a votação tendo-se verificado a sua aprovação por unanimidade.

De imediato, pediu ao Presidente da Junta que apresentasse o **ponto cinco** da ordem de trabalhos: Apresentação, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para Conservação e Manutenção de Vias Municipais.

O Presidente da Junta referiu que ponto se refere a uma novidade que decorre da Lei 75/2013 que transfere para as juntas de freguesia a responsabilidade pela limpeza e manutenção das chamadas vias municipais, anteriormente de responsabilidade da Câmara Municipal. Para que se perceba, corresponde na área geográfica da nossa freguesia a todas as vias de ligação entre povoações e a EM 1038.

De seguida passou a referir que estas novas competências foram amplamente debatidas nas reuniões preparatórias do orçamento municipal, tendo levantado muita discussão e celeuma, pois numa primeira fase incluía a aquisição e aplicação de massa betuminosa a frio, o chamado tapa-buracos, o que com as verbas atribuídas se revelaria absolutamente impossível de cumprir.

Por fim, referiu, a Câmara Municipal aceitou continuar o fornecimento deste material e respectivo transporte, bem como a aplicação de tapete em semi-penetração em algumas vias muito degradadas, pelo que considerou estarem minimamente reunidas as condições para assumir este compromisso.

Perante as dúvidas levantadas pelos Srs. Deputados Rui Passadouro e Filipe Domingues em relação à suficiência dos valores atribuídos para a assumpção destes compromissos o Presidente da Junta, embora assumindo a exiguidade das verbas, referiu que desde que a Câmara Municipal continue a assumir o fornecimento de massas a frio e a aplicação de semi-penetração é possível assegurar minimamente estas responsabilidades, até porque, no que respeita a limpeza de valetas em vias de ligação entre povoações, este trabalho já tem sido assegurado pela junta de freguesia.

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia colocou de seguida o ponto cinco a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

No **ponto seis** da ordem de trabalhos foi discutida essencialmente a grande obra a iniciar em Janeiro: a construção da rede de saneamento básico da Freguesia de Bidoeira de Cima.

O Presidente da Junta de Freguesia informou os presentes que o início da obra está previsto para o dia treze de Janeiro, na Rua do Marco na localidade da Texugueira. Abrangerá as povoações de Bidoeira de Cima, Bidoeira de Baixo, Carriço, Texugueira e Vale Coelho, sendo que não será construída nenhuma estação elevatória, pelo que só haverá saneamento nos arruamentos cujo escoamento se processe por declive.

Mesmo assim, estão previstos cerca de quarenta e dois quilómetros de colectores e mil quatrocentos e quarenta ramais.

Informou ainda que está prevista a reposição do pavimento das ruas intervencionadas, sendo que nas ruas mais largas e em melhor estado será feita a pavimentação da faixa intervencionada, enquanto as ruas em pior estado e mais estreitas serão totalmente asfaltadas. Fez ainda o apelo aos presentes para fazerem a apologia, junto dos familiares e conhecidos, para a necessidade de permitirem alargamentos de vias estreitas, pois esta é a oportunidade ideal para alargar arruamentos e melhorar as acessibilidades da freguesia.

Foi ainda discutida a situação dos imóveis pertença da Câmara Municipal que se situam na área geográfica da nossa freguesia, Casa da Cova e Casa Florestal do Carriço, tendo o Presidente da Junta informado que os contratos de cedência em regime de comodato estão ainda a ser analisados e se pretende que seja a Câmara Municipal a assumir os custos das obras necessárias a dotar estes edifícios das condições mínimas para podermos assumir as cláusulas dos referidos contratos, que indicam a obrigatoriedade de manter os edifícios em boas condições de conservação. Ora, comentou o presidente, se os edifícios se encontram degradados como será possível assumir a responsabilidade de assegurar boas condições de conservação?

Após discussão e esclarecimento de algumas dúvidas levantadas pelos senhores deputados, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, quando eram vinte e três horas e trinta minutos, sendo esta acta elaborada de acordo com os presentes e assinada pelos Srs. Presidente e os Srs Secretários da Assembleia de Freguesia.